

**AO JUÍZO DA \_\_\_\_ VARA DE FAMÍLIA DE XXXXXXXX/UF**

**Primeiro Acordante:** **FULANO DE TAL**, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO, RG nº      SSP/SE e CPF nº      , filha de MÃE, residentes e domiciliadas na ENDEREÇO, telefones nº      , e-mail: XXXXX@XXXX.com ,

**Segunda Acordante:** **FULANO DE TAL**, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO, RG nº      SSP/SE e CPF nº      , filha de MÃE, residentes e domiciliadas na ENDEREÇO, telefones nº      , e-mail: XXXXX@XXXX.com , vem, perante Vossa Excelência, por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL** nos termos do art. 731 do CPC/2015, requerer a homologação do presente

<b>ACORDO DE DIVÓRCIO</b>
---------------------------

pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas:

**I - DOS FATOS RELATIVOS AO MATRIMÔNIO:**

Os Acordantes se casaram civilmente, **sob o regime da comunhão parcial de bens**, em 09/09/2016, conforme cópia da certidão de casamento em anexo, emitida pelo Cartório do XX Ofício de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas do DF, localizado em XXXXXXXXXXXXXXXX.

Os Acordantes estão **separados de fato desde agosto de 2017** e não tiveram filhos em comum. O último domicílio do casal foi na ENDEREÇO.

O término do relacionamento foi consequência da mudança da Segunda Acordante para Recife/PE e é definitivo, não havendo possibilidade de reconciliação. Assim, de acordo com a Emenda Constitucional nº 66, que alterou o texto do art. 226, § 6º, da Constituição Federal, impõe-se a dissolução do vínculo matrimonial por meio do divórcio.

**II -DOS ALIMENTOS AOS CÔNJUGES:**

Os Acordantes observam que apesar de hipossuficiente, possui meios próprios para prover a sua própria subsistência, portanto, dispensa alimentos entre si.

**III - DOS NOMES DOS NUBENTES:**

Houve alteração no nome de ambas as partes.

Dessa forma, os Acordantes manifestam à vontade retornarem o uso do nome de solteiros, passando o Primeiro Acordante a assinar o nome: **FULANO DE TAL** e a Segunda Acordante a assinar o nome: **FULANO DE TAL**.

#### **IV - DOS BENS:**

Na constância do casamento, o casal não adquiriu nenhum bem.

#### **V - DAS DÍVIDAS:**

O casal não possui dívidas em comum.

#### **VI - DO DIREITO:**

A Emenda Constitucional nº 66, de 13/07/2010, dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de 1 (um) ano ou de comprovada separação de fato por mais de 2 (dois) anos, *in verbis*:

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 6º do art. 226 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 226. (...)

§ 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio."

**Art. 731.** A homologação do divórcio ou da separação consensuais, observados os requisitos legais, poderá ser requerida em petição assinada por ambos os cônjuges, da qual constarão:

- I** - as disposições relativas à descrição e à partilha dos bens comuns;
- II** - as disposições relativas à pensão alimentícia entre os cônjuges;
- III** - o acordo relativo à guarda dos filhos incapazes e ao regime de visitas; e
- IV** - o valor da contribuição para criar e educar os filhos.

**Parágrafo único.** Se os cônjuges não acordarem sobre a partilha dos bens, far-se-á esta depois de homologado o divórcio, na forma estabelecida nos arts. 647 a 658.

Assim, uma vez que não existe mais possibilidade de reconciliação entre o casal, os Acordantes formulam o presente pleito para que seja posto o fim à unidade conjugal, na forma proposta nesta peça de ingresso.

#### **VI - DOS PEDIDOS:**

Isto posto, requer:

- a) A concessão dos benefícios da justiça gratuita, conforme dispõe o artigo 98, do CPC;
- b) por se tratar de acordo de divórcio, os acordantes **dispensam a realização de audiência de conciliação ou mediação**, nos termos do art. 319, VII, do CPC; e

c) a procedência do pedido para homologar o divórcio consensual do casal, com observância ao **ITEM III**, para que os Acordante voltem a usar o nome de solteiro, com a expedição do competente mandado ao Cartório do XXX Ofício de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas do DF, localizado em XXXXXXXXXX **(Certidão de Casamento n.º XXXXXXXXXX), para fins de averbação e expedição de segunda via, isenta de emolumentos aos Acordantes, conforme art. 98, § 1º, inciso IX ,do CPC.**

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidas, em especial, pelos documentos ora colacionados.

Dá-se à causa o valor de R\$ XXX,00 (XXXXX reais).

Nesses termos, pede deferimento.

LOCAL E DATA.

---

**FULANO DE TAL**  
**Primeiro Acordante**

---

**FULANO DE TAL**  
**Segunda Acordante**

---

Defensor(a) Público(a) do Distrito Federal